

Medo e horror na cobertura jornalística dos ataques do PCC em São Paulo

Mônica Cristine Fort

Doutora em Engenharia da Produção, área de concentração em Mídia e Conhecimento (UFSC), Mestre em Educação (PUCPR), jornalista, professora e diretora do curso de Comunicação Social – Jornalismo da PUCPR.

Luís Ronaldo Vaca Alvarez de Oliveira
Jornalista (PUCPR).

Resumo

O presente artigo analisa a cobertura jornalística dos ataques da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) a São Paulo em maio de 2006. O referencial teórico envolve as relações de saber e poder de Foucault e a genealogia de Nietzsche. O texto procura demonstrar a necessidade de uma reflexão transdisciplinar sobre a questão da violência e do sistema prisional, a partir da análise estrutural do sistema e dos discursos que se produzem sobre o tema, principalmente o jornalístico, uma vez que o jornalismo ocupa lugar privilegiado na produção de discursos tidos como verdadeiros.

Palavras-chave: poder, discurso, PCC, violência urbana.

Abstract

The present article analyses the journalistic covering of the attacks of criminal organization Primeiro Comando da Capital (PCC) to São Paulo in May of 2006. The theoretical referential involves the relations between knowledge and power in Foucault and the genealogy of Nietzsche. The text expects to demonstrate the need of a transdisciplinary reflexion on the question of the violence and the prisional system, from the structural analysis of the system and of the speeches that are produced on the subject, mainly the journalistic one.

Keywords: power, speech, PCC, violence.

Resumen

El presente artículo analiza la cobertura periodística de los ataques de la organización criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) a São Paulo en mayo de 2006. El referencial teórico implica las relaciones entre el saber y poder en Foucault y la genealogía de Nietzsche. El texto trata de demostrar la necesidad de una reflexión transdisciplinar sobre la cuestión de la violencia y del sistema prisional, partiendo del análisis estructural del sistema y de los discursos que se producen sobre el tema, especialmente el periodístico.

Palabras-clave: poder, discurso, PCC, violencia.

O presente artigo foi desenvolvido a partir do trabalho de conclusão de curso de Luiz Ronaldo, orientado por Mônica Fort, em 2006.

Introdução

Cada dia mais assustada com a violência urbana, parte da sociedade brasileira esconde-se atrás de muros, carros blindados e segurança privada, vivendo em pequenos cárceres particulares. Solução individual para um problema coletivo, reflexo de um tempo de perplexidade e incoerência. Mesmo se distantes das fantasias apocalípticas de Aldous Huxley e George Orwell, pelo menos em um aspecto a realidade se aproxima da ficção: somos vigiados o tempo todo.

O artigo visa a realizar uma reflexão sobre o sistema prisional e suas derivações – o crime organizado e a violência urbana – sob a ótica da genealogia e do tratamento dado pela mídia. O objeto de estudo são ataques da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) a São Paulo em maio de 2006. As ferramentas são os questionamentos desenvolvidos por Michel Foucault sobre as relações de saber e poder nos livros *Vigiar e punir*, *Microfísica do poder* e a *A ordem do discurso*, além de obras de outros autores que trabalharam questões relativas ao tema, como Inês Lacerda Araújo em seu estudo sobre a crítica do sujeito em Michel Foucault; *A genealogia da moral e o Humano, demasiadamente humano*, de F. Nietzsche; *Foucault*, do filósofo francês Gilles Deleuze; o *Panóptico*, de Jeremy Bentham; e o *Olhar do Poder*, de Maria Izabel Oliveira Szpacenkopf. Também faz-se referência ao estudo do jornalista Carlos Amorim sobre o Crime Organizado (*CV – PCC A irmandade do crime*) e a análise sobre a linguagem sensacionalista de Danilo Angrimani (*Espreme que sai sangue*).

O PCC e a anulação do real

A passagem do sistema punitivo, baseado em suplícios, para a sociedade disciplinar que surge no século XIX, quando a prisão se estabeleceu como o principal meio de punição, não se deu sem que houvesse uma mudança na configuração dos crimes que deveriam ser punidos. Verificou-se uma diminuição dos atentados contra o corpo e a vida humana, sobretudo assassinatos, e um aumento de crimes contra a propriedade privada. A consolidação da burguesia e do modo de produção capitalista nos primórdios do século XIX contribuiu para a mudança na configuração dos ilegalismos. Modificou-se também o código jurídico.

Se o fortalecimento do capitalismo desviou o crime para a propriedade privada – sem esquecer que o próprio sistema jurídico ocupou-se de proteger de melhor forma a burguesia – a organização do crime e a grande movimentação de dinheiro ao longo do século XX, possibilitou a formação dos grandes grupos de criminosos associados. Acrescente-se a esses fatores o aumento dos conglomerados urbanos e do êxodo rural – causadores de maiores problemas sociais – e o fortalecimento (e rentabilidade) do tráfico de drogas.

Segundo o estudioso do crime organizado Peter Lilley (2001, citado por AMORIM, 2003, p.23):

A ascensão do crime organizado é hoje um fato aceito, ainda que lamentável, nos negócios realizados em todo o mundo. As enormes massas de dinheiro geradas por essas atividades precisam ser legitimadas pela lavagem e incorporação nos sistemas bancários e empresariais internacionais. Paralelamente, ocorrem a globalização e a internacionalização dos mercados, a sofisticação da tecnologia de informações e o aparecimento de ambientes políticos e econômicos inseguros, em regiões como

a antiga União Soviética. Os criminosos estão explorando todas essas tendências e operando na vanguarda, para garantir que sejam lavados os recursos ilegalmente gerados.

O crime organizado tornou-se forma mais rentável e efetiva de criminalidade na sociedade contemporânea. No Brasil, essa experiência começou com o Comando Vermelho, surgido no Instituto Penal Cândido Mendes, também conhecido por Presídio da Ilha Grande ou Caldeirão do Diabo, no estado do Rio de Janeiro. Acredita-se que um dos fatores que contribuiu para a criação da organização criminosa tenha sido a união dos presos comuns da Galeria B do presídio com os presos políticos do regime militar. “O encontro dos integrantes das organizações revolucionárias com o criminoso comum rendeu um fruto perigoso: o Comando Vermelho” (AMORIM, 2003, p.58).

A disciplina, a organização e a lealdade entre os revolucionários acabaram por ser adotados pelos presos comuns, assim como os métodos de comunicação e codificação de informações. Foi-se estabelecendo uma relação de confiança e uma troca de informações – os grupos de esquerda realizam seqüestros, assaltos e tráfico de armas com uma precisão e cálculo admirados pelos presos comuns. Não se pode afirmar que os presos políticos incentivaram ou auxiliaram a criação de organizações criminosas, “mas a convivência passou para os prisioneiros comuns como um novo significado da solidariedade” (AMORIM, 2003, p.101). Solidariedade que se manteve ao longo dos anos, desde a criação do Comando Vermelho, no ano de 1969 (embora seu fortalecimento se tenha dado no ano de 1979), até os dias de hoje, onde novas organizações – notadamente o PCC paulista - se estabeleceram como instituições.

Ao surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, associa-se a entrada definitiva dos criminosos paulistas no tráfico de drogas (AMORIM, 2003, p.33). Anteriormente suas principais ferramentas eram os seqüestros e assaltos à mão armada. No entanto, o tráfico de drogas mostrou-se um negócio muito mais rentável do que os crimes que se realizavam até então.

Destaca-se, no entanto, um fator de grande importância no surgimento das principais organizações criminosas: todas nasceram dentro das prisões. Desconfigurou-se o modelo panóptico idealizado por Bentham: agora são os próprios presos que detêm o controle de um sistema que não serviu aos seus propósitos de vigilância permanente e recuperação da criminalidade. Segundo os relatórios realizados pela organização de direitos humanos americana *Human Rights Watch*, as prisões “são invariavelmente fonte de atentados à dignidade humana” (CARVALHO FILHO, 2002, p.29).

A realidade dos presídios não é presença constante no jornalismo diário de grande circulação. Em sua busca pelo sensacional e seu cultivo do “catastrófico, o evento único, inesperado e assustador como maneira de despertar nosso interesse e sensibilidade” (GONDAR, 2003, p.15) não se apresentam reflexões sobre os problemas estruturais das prisões, desconsiderando, desta forma, a grande importância das mesmas no aumento da violência urbana - esta sim presença constante nos grandes veículos.

O Primeiro Comando da Capital formou-se em agosto de 1993, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, em São Paulo, considerada a mais segura do Estado. Graças a uma partida de futebol que ocasionou brigas entre inter-

nos, alguns dos presos resolveram se unir num pacto de solidariedade e com o objetivo de lutar contra as más condições do sistema prisional, formando a organização. Firmam-se como resistentes e maiores opositores do massacre do Carandiru, no ano de 1992, que deixou 111 mortos no Pavilhão 9. O PCC é conhecido também por 15.3.3, onde 15 é a 15ª letra do alfabeto (P), e 3 a terceira letra (C).

Apesar do seu surgimento no ano de 1993, foi somente em 1995 que a organização apareceu pela primeira vez na mídia. Segundo Amorim (2003, p.388), a repórter Fátima de Souza citou o PCC no *Jornal da Band*, mas não houve repercussão. No ano de 1997, o jornal *Folha de São Paulo* publicou na íntegra o Estatuto do PCC, que havia se tornado público no mesmo ano após a publicação no *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, por meio de um requerimento encaminhado pela Comissão Parlamentar de Inquérito que discutia a situação dos presídios.

Prisões funcionam como sociedades paralelas – micropoderes, diria Foucault. O que acontece dentro de seus muros parece pouco interessar à parcela da população que vive em seus próprios cárceres particulares, atemorizados pela possibilidade de serem atingidos pela violência. Enquanto a violência permanece dentro dos presídios, é pouco interessante. No entanto, a qualquer ameaça de rebelião, a mídia aparece, pois é uma ameaça à sociedade institucionalizada da qual a própria mídia faz parte. Os verdadeiros motivos inerentes às revoltas, no entanto, poucas vezes aparecem. Levanta-se a questão das más condições, mas sem maiores aprofundamentos.

Ao observar o aumento das rebeliões nos presídios do mundo inteiro, Foucault (1991, p.29) aponta:

Os objetivos que tinham, suas palavras de ordem, seu desenrolar, tinham certamente qualquer coisa de paradoxal. Eram revoltas contra toda uma miséria física que dura há mais de um século: contra o frio, contra a sufocação e o excesso de população, contra as paredes velhas, contra a fome, contra os golpes. Mas também eram contra as prisões-modelo, contra os tranqüilizantes, contra o isolamento, contra o serviço médico ou educativo. (...) Tratava-se bem de uma revolta, ao nível dos corpos, contra o próprio corpo da prisão. O que estava em jogo não era o quadro rude demais ou ascético demais, rudimentar demais ou aperfeiçoado demais da prisão, era sua materialidade na medida em que ele é instrumento e vetor de poder; era toda essa tecnologia do poder sobre o corpo, que a tecnologia da “alma” – a dos educadores, dos psicólogos, dos psiquiatras – não consegue mascarar nem compensar, pela boa razão de que não passa de um de seus instrumentos.

As rebeliões passam, portanto, por questões de maior amplitude do que uma análise apressada apontaria. O próprio presídio como instituição é questionável. O controle dos corpos, a privação da liberdade, e os dispositivos disciplinares são, eles também, causadores de revolta. Por isso, verificam-se rebeliões não somente em cárceres com péssimas condições – caso do Brasil – mas também das prisões modelos americanas ou européias. Segundo Carvalho Filho (2002, p.69) a falta de liberdade de expressão dentro das prisões acaba por favorecer as conspirações entre internos.

De qualquer forma, é através das rebeliões que os prisioneiros adqui-

rem voz, já que de outra maneira não aparecem nos veículos de comunicação. No caso do PCC, o ano de 2001 foi emblemático para seu fortalecimento no imaginário da sociedade. No dia 18 de fevereiro desse ano, a organização comandou a maior revolta de presos do país. Dessa forma, “declarava publicamente sua hegemonia sobre os presídios paulistas. Uma hegemonia referendada pela própria amplitude da rebelião, que mobilizou 27 mil presidiários” (AMORIM, 2003, p.387).

Em maio de 2006 o governo paulista, após detectar na quinta-feira, dia 11, uma ameaça de rebelião no domingo de dia das mães, decide realizar uma transferência de 765 chefes da organização para a Penitenciária de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo. O objetivo da rebelião seria libertar Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido por Marcola, líder do PCC, além do não atendimento de uma série de reivindicações que os presos haviam realizado no começo do mês.

Em retaliação à transferência de seus líderes, a organização espalhou entre seus integrantes a ordem de rebeliões em todo o estado, e como alvos principais estariam os policiais. Na sexta-feira dia 12, por volta das 20 horas começam os ataques, que vão prosseguir ao longo de toda a semana seguinte. No sábado, 13 de maio, os ataques começam a receber ampla cobertura da mídia. Domingo, 14 de maio, dia das mães, os atentados aumentam de intensidade. A data é emblemática, pois um grande número de presos recebeu licença para passar o feriado com suas famílias. O caos instaura-se na segunda-feira, 15 de maio, quando ônibus são queimados, policiais mortos e a cidade pára.

A cobertura jornalística e a anulação do real

Ciro Marcondes Filho (2003, p.9) defende que as modernas sociedades industriais, através da abstratificação das relações concretas, acabam por promover uma *anulação do real*. Não que a sociedade e os meios de comunicação procurem esconder uma verdade, o que se vê é uma negação do conceito do real.

Segundo Marcondes Filho (2003, p.10)

O processo atual, portanto, não afasta do campo de visão os mecanismos e as atividades reais da economia, da política, da produção de idéias: ele sobrepõe a eles uma representação imaginária que envolve o real hoje na sociedade.

Assim, o real desconfigura-se e é substituído por representações, pelas quais o jornalismo e os meios de comunicação em geral constituem os principais responsáveis. Essa representação acaba por compor um novo código que substitui concepções anteriores do econômico (trocado pelo consumo), da política (degradada pelo jogo político) e da informação (demolida pelos meios de comunicação). Segundo Bordieu (1997, p.102), o campo jornalístico “impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria”. A realidade é reconstruída e readaptada ao sistema de produção, logo se torna representação.

Para Gondar (2003, p.16), a vontade do real que caracteriza o século XX se opõe ao século XIX, que era movido por ideologias e projetos de mundo. O que se busca é a visibilidade total, a transparência e a dureza da violência pura. Com a pós-modernidade aceitou-se a realidade como uma construção subjetiva tecida por representações. No entanto, essa constatação gerou a busca

- através de uma experiência imediata do real – de um suporte que não fosse ficção, que estivesse associado à idéia de verdade.

É na mídia que o indivíduo vai buscar essa experiência imediata do real. Estabelece-se um jogo de máscaras e símbolos entre o que se busca e o que efetivamente os veículos apresentam. Para Szpacenkopf (2003, p.152), “o próprio real pode ser apresentado como uma simulação de encontro com a verdade”.

Partindo da noção da realidade como representação e do jornalismo como um produtor dessas representações para os leitores, verifica-se o caráter fragmentário dessas construções. No caso do PCC, ao longo de sua existência de mais de uma década, apenas em momentos específicos foram retratados na mídia – e sempre a partir de uma voz institucionalizada, que é a voz do próprio jornalista, que legitima o discurso. Constrói-se um jogo de luz e sombra, onde os eventos extraordinários são colocados sobre o prisma da mídia e, no resto do tempo, são tratados como se não existissem. Segundo Szpacenkopf (2003, p.159), “qualquer imprevisível é transformado em previsível e banalizado, e a luz que ilumina os fatos da vida torna-os evanescentes, passageiros, fazem-nos escapar à memória, já que, com facilidade, estes mesmos fatos ou pessoas caem na sombra do esquecimento”.

Na semana que antecede o domingo 14 de maio, dia em que os atentados se fortaleceram, em nenhum momento apareceu menção ao PCC nos jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*. Ambos os veículos possuem matérias sobre violência urbana, mas nenhuma delas aponta o PCC como causa desses eventos. No jornal *O Globo* são freqüentes às associações da violência ao tráfico de drogas. Ao longo da semana, verificaram-se as seguintes manchetes: “Traficantes provocam terror em Bonsucesso” (08/05/06); “Tráfico incendia ônibus na Av. Brasil” (09/05/06); “Traficante ordena mortes de dentro da cadeia” (10/05/06). Já no jornal *Folha de São Paulo* encontram-se as seguintes manchetes relacionadas ao sistema prisional “Polícia vigia de fora cadeia com 25 túneis” (09/05/06); “Estado vai desativar cadeia dos 25 túneis” (10/05/06); e a primeira referência aos ataques do PCC aparece no dia sábado, 13 de maio: “PCC faz rebeliões após transferências”. A matéria aparece logo embaixo da matéria principal da página: “Facções atuam em 96% das favelas do Rio”.

Impressas nas páginas do jornal essas notícias perdem força. Através da linguagem “objetiva” empregada pelos veículos, a realidade aparece dominada, como se houvesse um distanciamento entre o que acontece (violência, criminalidade) e o leitor, protegido em seus muros. Essa cisão entre as duas realidades – a do leitor e a transmitida pelo jornal – aproxima-se da visão de sociedade esquizofrênica apontada por Marcondes Filho (2003). O psiquismo do homem se torna cada vez mais próximo da lógica de produção industrial, do jogo político, do consumo, da comunicação. Os seres tornam-se cada vez mais dissociativos, desconstruídos, esquizofrênicos. Por esquizofrenia social entende-se “a ruptura com o ambiente circundante (com rígida submissão a planos, predomínio do racionalismo, imobilismo, estranhamento de si mesmo) e perfeitamente localizável – em escala reduzida – nos indivíduos ‘normais’” (MARCONDES FILHO, 2003, p.11). O homem formado por essa sociedade – onde os meios de comunicação possuem grande importância – perde o contato com o real, que passa a ser uma representação construída pelos próprios meios.

Mais que um produto dessa sociedade, o sujeito é responsável pelo seu funcionamento, pois seu racionalismo, sua frieza e seu distanciamento são produtivos.

A patologia esquizofrênica estaria, então, na incapacidade de diferenciação dos diferentes modos de comunicação, seja em si mesmo, seja no outro: há dificuldade de ordenar corretamente as mensagens que se recebem dos outros, que o próprio indivíduo emite e suas próprias idéias. (MARCONDES FILHO, 2003, p.220)

A partir daí constrói-se a noção de esquizofrenia social: no meio de tantas representações fragmentadas apresentadas pelos meios, o sujeito não consegue absorver aquilo que realmente está sendo dito, e constrói sua realidade a partir dos clichês simbólicos pré-existentes. O autor apresenta a noção laciana de sujeito que – contrariando a noção de sujeito como aquele que realiza a ação – “não possui condições de intervir no real para transformá-lo de forma substantiva” (2003, p.181). Tem-se aí um sujeito que, ao mesmo tempo em que sente medo da violência transmitida pelos veículos de comunicação, encontra “uma linguagem preexistente, um ambiente formado, relações sociais tradicionalmente consolidadas”. A esse sujeito não lhe resta mais que enquadrar-se nesse real preexistente. As vozes que se encontram no discurso jornalístico são sempre as mesmas, reforçando o caráter de realidade preexistente à qual não resta outra saída ao sujeito que adequar-se. Ao longo da semana dos principais atentados do PCC - do domingo 14 de maio de 2006 ao domingo 21 de maio de 2006 – verifica-se uma repetição nas vozes. Entre as mais frequentes encontram-se: no plano político, o governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo; o ex-governador e então candidato à presidência da república Geraldo Alckmin; o presidente Lula; e o ministro da justiça, Márcio Thomaz Bastos. Verifica-se também a presença de secretários e ex-secretários da segurança, além de autoridades dos meios policiais e jurídicos. Em nenhum momento, ao longo da semana, aparece diretamente a voz do PCC. Verifica-se, portanto que as rebeliões e atentados constituem uma forma da organização adquirir visibilidade, apesar de não ser possível a legitimação de seu discurso.

Fala-se *sobre* a prisão, *sobre* a policia e *sobre* a segurança, mas as vozes diretamente afetadas não entram na ordem do discurso. Não seria possível a sua legitimação apesar das organizações criminosas já possuírem seu espaço dentro da ordem social? Segundo Foucault (2002, p.72) seria indigno falar pelos outros. Seria necessário que a teoria (e, conseqüentemente, o discurso jornalístico) permitisse que as pessoas a quem o discurso concerne falassem por elas mesmas.

Para Foucault (2002, p.72, grifo do autor):

Quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contra-discurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinqüentes, é o que é o fundamental, e não uma teoria **sobre** a delinqüência.

O PCC possui seu estatuto e reivindicações próprias. No entanto, ao longo da cobertura jornalística apresentada pelos jornais *O Globo* e *Folha de*

São Paulo o mesmo não foi reproduzido. Essa situação remete há alguns meses depois dos atentados, quando em 13 de agosto de 2006 a Rede Globo interrompeu sua programação para exibir um vídeo que supostamente foi gravado por um integrante do PCC, em troca da liberação de um jornalista seqüestrado pela organização. Seriam necessárias medidas drásticas para que certos enunciados fossem escutados?

No vídeo exibido, um integrante do PCC encapuzado faz críticas ao sistema penitenciário, exigindo revisão nas penas, melhores condições carcerárias e revisão do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), que prevê punições mais duras para os criminosos de maior risco. Considerando-se que a Lei de Execuções Penais brasileira, que data de 1983 prevê “alimentação, vestuário e instalações higiênicas, atendimento médico, assistência jurídica, assistência educacional e preservação dos direitos não atingidos pela perda da liberdade” (CARVALHO FILHO, 2002, p.51), a crítica soa legítima.

Em *box* encontrado na página 3 do caderno País, do jornal *O Globo* da segunda-feira 15 de maio de 2006, encontra-se o seguinte texto de opinião:

A série de ataques de criminosos a policiais, a pelo menos um fórum judicial, e a sucessão de rebeliões em presídios no Estado de São Paulo não se constituem apenas em um dos maiores desafios que o poder público paulista já enfrentou no combate ao banditismo. Trata-se de uma ação de terror contra as instituições, em que o alvo é o próprio estado de direito. Todos são vítimas: a sociedade brasileira e os poderes da República. Prova disso é a propagação das rebeliões para outros estados. A repressão aos bandidos e sua punição exemplar interessam à Federação.

Compreende-se a gravidade dos crimes causados pelas rebeliões. No entanto o texto, assim como a edição do jornal no mesmo dia, não aponta causas concretas. O jornal reproduz o mesmo clima de guerra civil que os veículos eletrônicos exibiram desde o começo dos atentados. O juízo de valores da enunciação acentua a revolta da população com respeito aos atentados. Ao apontar *todos* como vítimas e citar a *sociedade brasileira* e os *poderes da República*, transmite a sensação de que os presos estariam excluídos desse grupo.

No mesmo dia encontram-se também as manchetes: “Clima de pânico se espalha em São Paulo” (*O Globo*), “PCC ataca ônibus e fóruns, promove megarebelião e amplia medo no Estado” (*Folha de São Paulo*), “O Medo” (*Folha de São Paulo*). Instaura-se a noção de horror, que longe de procurar soluções para o problema reforça o medo que já se encontra na sociedade. Para Szpacenkopf (2003, p.149), o horror é também elemento de sedução, responsável por preencher vazios e despertar “a fantasia que encontra ligações e suportes na realidade”.

Na terça-feira, dia 16 de maio, aparece em destaque o abandono da cidade e o caos nos transportes causados pelos atentados, especialmente a queima de ônibus do transporte coletivo. Titulares como “O dia em que SP parou” (*Folha de São Paulo*) e “Crime e medo param São Paulo” reforçam a sensação de medo e insegurança. Paralelamente encontram-se os subtítulos “O Terror se espalha”, no jornal *O Globo*, e “Guerra Urbana”, no jornal *Folha de São Paulo*. São as rebeliões e atentados que atingiram outros também outros estados. Em uma das rebeliões, que ocorreu no presídio de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, um dos presos foi decapitado pelos outros internos.

O seguinte texto foi veiculado no jornal *Folha de São Paulo* (16/05/06):

Preso decapitado – As quatro rebeliões em apoio ao PCC iniciadas anteontem em presídios de Mato Grosso do Sul acabaram ontem. Segundo a PM, um preso foi decapitado durante o motim em Campo Grande. [...] Reunidos em cima de uma caixa d'água onde fixaram bandeiras do PCC, os detentos do presídio de segurança máxima de Campo Grande exibiam, de manhã, a cabeça do presidiário Fernando Eloy, assassinado na madrugada de ontem.

No jornal *O Globo* (16/05/06) tem-se a seguinte matéria:

Rebelados em Campo Grande decapitam preso – Um preso foi decapitado e teve sua cabeça exibida pelos detentos na rebelião no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, que durou quase vinte e quatro horas. [...] Por volta das 9h, depois que soltaram dois agentes penitenciários, os dois agentes penitenciários, os amotinados exibiram no alto do telhado a cabeça do preso Fernando Aparecido do Nascimento Eloy.

A partir da problemática do sujeito em Lacan abordada por Marcondes Filho (2003, p.81) tem-se a agressividade associada ao estágio do espelho. É através do espelho que o indivíduo se percebe como um todo completo, pois antes desse estágio não se tem a noção do corpo como um todo e sim de partes desconectadas. Logo a agressividade remete a esse estágio primitivo, a partir da idéia de esquarteramento, fragmentação do corpo. Por isso ser frequente a decapitação como fenômeno de violência.

Segundo Marcondes Filho (2003, p.82):

É de qualquer forma intrigante que as manifestações violentas de massa tenham a ver com a destruição do corpo. As formas de decapitação pública ou as punições marcadas por forte dose sádica, como, por exemplo o esquarteramento, revelam que para certos crimes a lei dos homens não é suficiente: é preciso matar também a alma. Aqui, toda a fantasia do corpo dividido, aliada à questão da agressividade, remete a fases pré-espelho da relação de sujeito com o seu psiquismo.

Marcondes Filho aponta, no entanto, que é aí justamente onde mora uma das incógnitas da análise lacaniana, pois ao relativizar a violência primitiva e a agressividade como um fenômeno inerente a todo o psiquismo, corre-se o risco de diminuir a importância da história nesse processo. Retira-se do sujeito a responsabilidade por seus atos, o que pode levar a jogos de interesse. O interesse e o horror despertado por essa enunciação revelam que a integridade do corpo é um dos tabus da sociedade. Partindo de uma análise foucaultiana (1991), pode-se dizer que se inverte o papel do carrasco da sociedade punitiva, pois ele se torna não mais um instrumento do poder do soberano e seu poder dirige-se ao corpo do seu semelhante.

Ao longo da semana, principalmente a partir das edições de quarta-feira, dia 17 de maio, as matérias indicam possíveis culpados, na sociedade civil, pe-

los atentados. Descobre-se que chegou às mãos dos líderes da organização uma gravação com depoimentos sigilosos de delegados na CPI do tráfico de armas. Apresentam-se os telefones celulares como “armas” nas mãos dos bandidos. O jogo político se fortalece, com depoimentos do governador Cláudio Lembo, do presidente Lula e do candidato à presidência Geraldo Alckmin. Apenas uma matéria apresenta como foco principal as superlotações das prisões: “SP tem 76,4% mais presos que vagas” (*O Globo*, 18/05/06).

Os problemas estruturais inerentes ao próprio sistema não são destaque nas matérias, que priorizam dados sobre o número de mortos e especulações sobre culpados potenciais. Encontram-se também matérias sobre espaços públicos que se tornaram alvos, como por exemplo: “Bombas e tiroteios atingem cinco escolas em SP” (*Folha de São Paulo*, 18/05/06), “Medo tanto do tráfico como de policiais” (*O Globo*, 19/05/06). Reforçam, dessa maneira, o caráter espetacularizado da cobertura midiática dos atentados. Aproxima-se da noção de Sociedade do Espetáculo, como define Guy Debord (1998, p.13, grifo do autor): “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de **espetáculos**. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se representação.”.

A partir de eventos particulares, como os tiros nas escolas ou a entrada de policiais na favela, cria-se a idéia de que toda a sociedade está em colapso. Trata-se de tomar o particular como geral, causando uma distorção no sentido das frases. Essa característica recorrente no jornalismo contemporâneo alinha-se com a idéia de que a imprensa “opta pela parcelização em detrimento da estrutura contínua” (MARCONDES FILHO, 2000, p.45). Constrói-se um mosaico onde cada pequena matéria constitui partes de um todo que não possui unidade, não possui fio condutor. Instaura-se a esquizofrenia social que se mencionou anteriormente.

A falta de unidade social, a falência do discurso jornalístico como um dispositivo capaz de oferecer uma organização real dos acontecimentos da sociedade para os indivíduos contribui para o caráter patológico da sociedade contemporânea. Não se deve, esquecer que “a sociedade, contudo, não é psicanalisável como se fosse um indivíduo, principalmente porque ela tem a capacidade de positivar aquilo que a psicanálise vê negativamente como patologia”. Dessa forma, o capitalismo organizado se encarrega de, artificialmente, sublimar essas patologias. Seus recursos são conhecidos: o consumo, a indústria, a publicidade e o lazer. O sujeito não se torna necessariamente alienado: cabe a ele trabalhar pelo esclarecimento e tornar consciente esses processos que fazem parte do inconsciente coletivo.

O jornalismo, que nasce junto com a idéia de esclarecimento nos moldes iluministas, torna-se vítima de seu próprio fortalecimento como técnica e de suas relações de poder. Seu discurso carrega poder e é alvo de poder. Mais que um produto iluminista, o jornalismo e a mídia em geral são fruto do nascimento da sociedade disciplinar, com sua pretensão de tudo ver e tudo mostrar – muito próximo do modelo panóptico. Não são dispositivos ideológicos dispostos a mascarar uma suposta “realidade” para defender os interesses do capitalismo. A imprensa, assim como os discursos científicos, produzem relações de poder. Se enquadram no tipo de discurso que, segundo Inês Araújo (2001,

p. 189) “Não sufocam nem manipulam, mas sim mostram, exibem, excluem, repartem e criam indivíduos disciplinados.

As relações entre poderes traçam-se a partir dos enunciados jornalísticos. Poderes institucionalizados - a polícia, o governo estadual, o governo federal, a imprensa – tornam-se autoreferentes na medida em que procuram atingir um ao outro, sem se preocupar com o *acontecimento* em si. Ao longo da semana acompanhada, fica claro o jogo político construído na rede de poderes que envolve a violência urbana – e que o próprio sistema prisional, fonte dos conflitos torna-se coadjuvante.

Considerações finais

Ao longo deste artigo procurou-se demonstrar a necessidade de uma reflexão transdisciplinar acerca da questão da violência e do sistema prisional, sob o prisma da análise estrutural do sistema e dos discursos que se produzem sobre ele – notadamente o discurso jornalístico que é dotado de grande importância nas sociedades industriais contemporâneas.

Não se realizou uma análise mais profunda do objeto do estudo – os ataques do PCC em maio de 2006 –, pois sua complexidade exige um aprofundamento em outros campos de estudos, como a sociologia e o direito. Tampouco a abrangência da mídia e sua importância no impacto que os atentados tiveram na capital paulista podem ser medidas com precisão, já que seu poder vai além do que se pode perceber a partir de uma análise de seus enunciados. Está em jogo a reflexão sobre o papel da imprensa como instituição e legitimadora de um discurso, que passa necessariamente pela subjetivação dos indivíduos.

Lugar privilegiado na relação de poderes e saberes legitimados, construtor e reproduzidor de realidades, palco para uma sociedade espetacularizada. São muitos os papéis que a mídia assume. Desnecessário, no entanto, ressaltar a sua importância numa sociedade em que a informação é mercadoria essencial. Queira-se ou não, o jornalismo representa, como aponta Foucault, o caráter utópico da política do olhar.

Analizou-se a questão do surgimento do crime organizado no Brasil e a forma como se deu seu aparecimento não foi necessariamente tema freqüente na mídia. Questiona-se a fragmentação dos fatos pelo jornalismo e o fortalecimento do PCC como organização criminosa. Alguns aspectos psicanalíticos são retomados para analisar a forma como os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* retrataram os atentados de maio de 2006.

Conclui-se este artigo com a mesma perplexidade do início. Às questões iniciais somam-se novas, capazes de suscitar novos ângulos de abordagem para estudos futuros. Não se trata de uma relativização total de questões como verdade, realidade e discurso. O que Foucault apresenta são novas ferramentas capazes de repensar as relações que se dão entre verdade, saber e poder, passando pelo prisma da subjetividade do indivíduo. Aí está o trabalho do genealogista, iniciado por Nietzsche: acompanhar os processos de construção e legitimação de verdades. Trabalha com impressões, sinais, hipóteses e, assim como o psicanalista, verifica as repetições, pistas que podem conduzir a respostas. Por isso defende-se também, junto com Ciro Marcondes Filho, a importância de trabalhar a psicanálise e a genealogia nos processos comunicativos.

A partir desses sinais deixados pelos enunciados de determinadas épocas constroem-se novos discursos, como o presente estudo. Um discurso sobre o sistema prisional e sobre os atentados do PCC, escrito sem o distanciamento temporal que um historiador poderia julgar necessário. Só que as perguntas repetem-se, os problemas repetem-se: o processo é dinâmico. O eterno retorno de que nos falou Nietzsche, há mais de cem anos.

Referências

- AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- AMORIM, Carlos. *CV-PCC: a irmandade do crime*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. *Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa*. São Paulo: Summus, 1995.
- ARAÚJO, Inesita. *Mediaciones y poder. Recepción y mediaciones*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. V.2. São Paulo: Ática, 1990.
- BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BORDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CARDOSO, Darlete. *O Jornalismo como (re)produtor de enunciados*. Revista Linguagem em (Dis)curso. Florianópolis, v.1, n.2, jan/jun. 2001.
- CARVALHO FILHO, Luís Francisco. *A prisão*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos do Collège de France: 1970-1983*. Rio

de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GONDAR, Jô. Terror, Imagem e Subjetivação. *LUMINA – Revista da Faculdade de Comunicação da UFJF*. Juiz de Fora, v.6, n.1 e 2, jan/dez. 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. *A produção social da loucura*. São Paulo: Paullus Editora, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

NASIO, Juan-David. *O prazer de ler Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

OLIVEIRA, Odete Maria de. *Prisão: um paradoxo social*. Florianópolis: UFSC, 1996.

PASCHOAL, Antônio Edmilson. *A genealogia de Nietzsche*. Curitiba: Champagnat, 2003.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. *O olhar do poder: a montagem branca e a violência no espetáculo telejornal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.